



ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

EDITAL

Nº 24/2014

Eu, Anabela Cristina de Almeida Respeita, Presidente da Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, faço público que na Sessão Ordinária, referente ao mês de Junho de 2014, realizada no dia 18-06-2014, a Assembleia de Freguesia aprovou:

MOÇÃO

25 MAIO - CARTÃO VERMELHO ÀS POLÍTICAS DESTE GOVERNO

O resultado das eleições para o Parlamento Europeu realizadas no passado dia 25 de Maio vieram provar que o povo está distante destas políticas que estão a ser levadas a cabo pela coligação governamental em exercício e pelos seus representantes na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

A grande derrota da coligação PSD/CDS é resultado do descontentamento do povo perante os ataques aos direitos dos trabalhadores e das populações, dos micro, pequenos e médios empresários. São muitas as razões para contestar a governação que nos está a ser imposta, das quais destacamos:

- A degradação dos serviços de saúde provocada em grande parte pelo aumento das taxas moderadoras, pelo encerramento de Serviços e Valências nos Hospitais Públicos e Centros de Saúde, pelos ataques aos direitos dos médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde, fazem parte da política de tentativa de destruição do Serviço Nacional de Saúde, com as graves consequências que acarretam para toda a população, em especial daqueles que mais dificuldades têm.
- O aumento do desemprego e a diminuição das participações da segurança social aos desempregados quer nas importâncias quer nos períodos de atribuição, provocam situações dramáticas em numerosíssimas famílias, muitas delas com filhos menores que acabam a viver dependentes da ajuda de familiares e amigos, não esquecendo o enorme aumento de sem-abrigo nas ruas das nossas vilas e cidades.
- Os ataques aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública através da nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, onde a palavra de ordem é a precarização do vínculo laboral, o despedimento fácil encapotado numa dita requalificação ou nas chamadas “rescisões por mútuo acordo” no sentido de dismantelar os serviços públicos e privatizar aqueles que são apetecíveis para o setor privado, entre muitas outras medidas lesivas dos trabalhadores e da qualidade dos serviços.
- Os ataques aos trabalhadores do setor privado, através de alterações ao Código do Trabalho e a tentativa de destruir a contratação coletiva com o intuito de desregular as relações de trabalho favorecendo o grande patronato e deixando os trabalhadores desprotegidos.
- A degradação do ensino, com encerramento de escolas, criação de mega agrupamentos de difícil gestão, que no caso do 1º ciclo é transversal às responsabilidades das Câmaras Municipais. A falta de professores e a sua precarização laboral
- As privatizações que mais não têm sido do que dar de mão beijada as empresas e serviços mais rentáveis do setor público à avidez do capitalismo nacional e, principalmente, internacional – vejam-se os casos da EDP, CTT, Estaleiros de Viana do Castelo, setor de seguros da CGD, etc – espoliando o erário de mais valias essenciais ao desenvolvimento do Estado Social de Direito.
- A publicitada “reforma” da Justiça de que se destaca a forte oposição dos seus intervenientes, desde advogados a juizes, de procuradores a oficiais de justiça, passando por todos os serviços e tribunais e de que o que mais ressalta é o encerramento de Tribunais ou o seu deslocamento, nalguns casos para muitos quilómetros de distância, dificultando ou afastando a Justiça das pessoas.



ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

- O desmantelamento da economia que vamos observando, deixa-nos cada vez mais dependentes de terceiros e provoca, além do despedimento de milhares de trabalhadores, uma onda de emigração qualificada, principalmente de licenciados nas nossas universidades, oferecendo as mais valias dessa mão-de-obra altamente especializada àqueles que nada investiram na educação dos nossos jovens.
- O Governo decidiu também transformar o Tribunal Constitucional num alvo a “abater”. Elabora leis que sabem estar à partida eivadas de inconstitucionalidades e que, com o conluio do atual Presidente da República, tenta passar a ideia de que as medidas que pretendem tomar são da responsabilidade daquele órgão de soberania que não os deixa executar a sua política com pareceres de inconstitucionalidade que dizem não entender. De fato o que se passa é que se não fosse o Tribunal Constitucional e a luta dos trabalhadores e da população em geral, já teriam alterado a Constituição através de legislação avulsa aprovada por uma maioria no Parlamento (que já não reflete a vontade popular), e a convivência do Presidente da República.

Face ao que sinteticamente foi exposto, e tendo em consideração a vontade expressa nas últimas eleições pela população de Laranjeiro e Feijó, que votou de forma inequívoca contra estas políticas, a Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, reunida no dia 18 de Junho de 2014, no Clube Recreativo de Vale Flores, decide:

- Apelar à população de Laranjeiro e Feijó que continue a demonstrar o seu repúdio por estas políticas;
- Apelar à população de Laranjeiro e Feijó que participem ativamente em todas as iniciativas que se destinem a por cobro a este estado de empobrecimento do País e a defender a soberania nacional, neste momento a ser posta em causa, de que a Manifestação do próximo dia 21 de Junho, marcada pela CGTP-IN, é exemplo;
- Exigir a demissão imediata deste Governo e a dissolução da Assembleia da República, bem como a consequente marcação de eleições antecipadas;

E POR SER VERDADE SE PASSOU O PRESENTE EDITAL, QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DE ESTILO DESTAS FREGUESIAS.

Feijó, 30 de Junho de 2014

A Presidente da Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó

Anabela Cristina de Almeida Respeita

